## A DINÂMICA DE TERRITORIALIZAÇÃO EM UMA REGIÃO URBANO-INDUSTRIAL O caso da Calçados Azaleia no município de Parobé/RS

THE DYNAMICS OF TERRITORIALIZATION IN AN URBAN-INDUSTRIAL REGION The case of Calçados Azaleia in the municipality of Parobé/RS

Rafael Bosa<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo tem como tema a dinâmica de territorialização ocorrida no município de Parobé, inserido na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), no estado do Rio Grande do Sul, cuja evolução foi desencadeada pelo processo histórico que envolveu a imigração alemã (1846) e a formação de núcleos comerciais com a chegada da viação férrea (1903) até a industrialização com as fábricas coureiro-calçadistas (1970). Procura-se, por meio da análise da formação territorial ocorrida com a implantação da Calçados Azaleia em solo parobeense em 1958, identificar e descrever os processos desencadeados na região por ela ocupada à luz dos conceitos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização cunhados por Deleuze e Guattari e dos conceitos de *lugares* e *não lugares*. O estudo embasa-se em pesquisa documental (acervo fotográfico da FACCAT), referências bibliográficas pertinentes aos assuntos em desenvolvimento (*SciELO*, Lume-UFRGS, Google Acadêmico), pesquisas desenvolvidas pelo autor (monografia da graduação e dissertação de mestrado) e nas vivências cotidianas do autor, que reside em Parobé.

Palavras-chave: territorialização, lugares/não lugares, indústria coureiro-calçadista, Parobé.

### **Abstract**

This article explores the dynamics of territorialization in the municipality of Parobé, inserted in the metropolitan region of Porto Alegre (RMPA), in the state of Rio Grande do Sul. The city evolution was triggered by the historical process that involved German immigration (1846) and the formation of commercial centers with the arrival of the railroad (1903) until industrialization with the leather-shoe factories (1970). Analyzing the territorial development that occurred with the implantation of Calçados Azaleia on Parobe soil in 1958, aims to identify and describe the processes triggered in the region occupied by it in the light of the concepts of territorialization, deterritorialization, reterritorialization coined by Deleuze and Guattari, and the concept of places and non-places. The study is based on documentary research (photographic collection of FACCAT), bibliographic references pertinent to subjects in development (SciELO,

Lume-UFRGS e Google Scholar), research developed by the author (undergraduate monograph and master's dissertation), and in the daily experiences of the author who resident in Parobé.

Keywords: territorialization, places / not places, leather-footwear industry, Parobé.

### Introdução

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discute-se o seu sentido. A tendência é tê-los por certos e lhes dar atribuições do senso comum ou autoevidentes. Registra-se a passagem do tempo como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva. Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objeto de contendas, não se costuma deixar que isso interfira no sentido comum do tempo, em torno do qual organizam-se as rotinas diárias (HARVEY, 1994). Enquanto sociedade há sentidos distintos para o tempo, ora pode ser tido como o tempo implícito em criar filhos e transferir conhecimento e bens entre gerações por meio de redes de parentesco. O chamado tempo da família, que pode ser mobilizado para atender às exigências do tempo industrial, que aloca e realoca trabalho para tarefas segundo vigorosos ritmos de mudança tecnológica e locacional forjados pela busca incessante de acumulação do capital. Ora pode também ser mensurado como tempo de produção, tempo de trabalho e tempo de descanso (HARVEY, 1994).

Quanto ao espaço, procura-se muitas vezes entendê-lo por meio do tempo, percebendo suas formas de ocupação, apropriação e perenidade. Igualmente ao tempo, o espaço acontece e existe por meio de um constante processo de mutação, um permanente tornar-se. Portanto, antes de tudo, tratar do espaço é sempre uma forma de tentar apreender a fluidez da espacialização do tempo (HAESBAERT; BRUCE, 2009).

Dentro desta perspectiva interpretativa de espaço e tempo, muitas teorias em diversas áreas do conhecimento foram elaboradas. Na geografia, um conceito amplamente discutido é o de território, utilizado como uma das formas para buscar compreender as diferentes configurações que o espaço assume. Na tentativa de um indivíduo ou grupo social de influenciar, controlar pessoas, recursos, fenômenos e relações, delimitando e efetivando o controle sobre uma área, estabelece-se a territorialidade, expressão do exercício do poder em uma determinada área. Dessa forma, segundo Fernandes (2005), é produzido um espaço geográfico e/ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Existem distintos conceitos na literatura para território. Em princípio, existe um consenso de que o território é demarcado por limites ou fronteiras. Porém, de forma ampla, pode-se dizer que as diversas definições convergem para que o território seja uma fração do espaço, material ou imaterial. Assim, o território, como parte do espaço, assume características multidimensionais, podendo ser identificado mediante as relações sociais que nele se desenvolvem (FERNANDES, 2005). Nas palavras de Rolnik (1990), o espaço real vivido é o território, pode existir um espaço independente do sujeito, mas não existe um território sem um sujeito.

Outra forma de explicar o conceito de território é a partir da visão de Deleuze e Guattari. Para esses autores, quando se leva em consideração o sentido etológico, entende-se o território como o ambiente de um grupo (por exemplo, lobos, ratos ou um grupo de humanos nômades) que é constituído por padrões de interação por meio dos quais o grupo ou o coletivo garante uma certa permanência e localização. No sentido psicológico, o ambiente de uma única pessoa pode ser visto como um *território*, a partir do qual a pessoa age ou para o qual se volta, como, por exemplo, o ambiente social,

<sup>1</sup> Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Ritter dos Reis — UniRitter. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Feevale. Participou do projeto de Levantamento para o Tombamento dos Túmulos Históricos de Nova Hartz do Centro de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Feevale; e do Projeto de Extensão Habitar Legal, do Programa de Extensão PEAD/Feevale (Programa de Educação Ambiental e Desastres); participa do grupo de pesquisa Encontros, Territórios e Redes [ EN.T.RE ], voltado à investigação da dinâmica das cidades e da relação das pessoas com o espaço, com foco na experiência feminina enquanto usuária da cidade.

o espaço de vida pessoal e os seus hábitos cotidianos (HAESBAERT; BRUCE, 2009).

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. Para Guattari, a espécie humana está imersa num colossal movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios *originais* se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Resumidamente, pode-se afirmar que a desterritorialização é o movimento pelo qual se desconstrói o território, e a reterritorialização é o movimento de (re)construção do território. Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização e a reterritorialização são processos indissociáveis: quando há um movimento de desterritorialização, haverá também um movimento de reterritorialização (HAESBAERT; BRUCE, 2009).

Desvendar o pensamento geográfico pela concepção de desterritorialização em Deleuze e Guattari é entender que estes autores têm no conceito de território e nos processos de desterritorialização e reterritorialização importantes ferramentas para o entendimento não apenas das questões filosóficas, mas também das práticas sociais e da construção de um efetivo projeto político de libertação dos desejos, dos corpos, da arte, da criação e da produção de subjetividade (HAESBAERT; BRUCE, 2009).

O lugar também aparece como importante conceito quando se pensa em espaço sendo a unidade a partir da qual se constituem os territórios e onde se expressa a territorialidade. Augé (1994) reafirma essa compreensão ao conceituar o não lugar: um espaço organizado, mas desprovido de identidade, de história ou de relações interpessoais, como um terminal de trem ou uma via de trânsito. Estes, apesar de existentes e vivenciados por usuários, são apenas espaços institucionalizados, já que a eles não estão associados os valores sociais inerentes aos lugares. A noção de não lugar é menos rígida e rigorosa sob o ponto de vista científico, justamente pela ambiguidade da sua definição. Os não lugares não têm a vocação de criar identidades singulares, relações simbólicas e patrimônios comuns, mas, antes, de facilitar a circulação e, dessa maneira, o consumo (AUGÉ, 1994). Em uma sociedade multifuncional que transforma aceleradamente seu entorno, perceber o que é comum a determinados tipos de espaços, de que modo sua proliferação provoca mudanças na organização social-econômica-simbólica da coletividade e, portanto, na vida cotidiana dos indivíduos, é de grande importância, o problema é descobrir aquilo que é comum a todos (SÁ, 2016).

O problema do *lugar* (de ter um lugar no espaço) é a questão principal da arquitetura e do urbanismo. O estabelecimento de um lugar até então não existente e de acordo com o que sucederá ali um dia define o que é o *lugar*. O estabelecimento de um lugar habitável é um acontecimento. Se inventar algo que antes não existia; mas ao mesmo tempo há um habitante, homem de Deus, que deseja este espaço/local e precede a sua invenção ou que a causa, o torna um *lugar* (DERRIDA, 1986; 2006).

Por trás do processo de identificar um espaço/local como *lugar*, é possível aceitar-se, então, a existência de um processo de valoração do espaço atribuído à percepção que as pessoas têm a respeito desse espaço. Essa percepção acontece com base nos estímulos ambientais das mais diversas naturezas, emitidos a partir das relações objetivas com os elementos do ambiente de forma material e imponderável. Os lugares estão expressos como produto das interações entre as pessoas e o ambiente (CASTELLO, 2005). As relações entre as pessoas e os espaços, além da evidente correspondência física forçosamente estabelecida entre elas, têm um forte componente psicológico. Os espaços são percebidos como lugares por seus usuários por meio de suas qualificações, que os habilitam a serem percebidos como um *lugar* delimitado dentro do espaço maior que constitui o todo da cidade, permitindo, assim, distinguir um *lugar* de um espaço (CASTELLO, 2005).

Esses lugares se qualificam a partir de uma evocação da *memória* coletiva das pessoas a respeito de fenômenos do ambiente onde elas vivem, conectam-se à formação histórica de sua cidade e voltam às formas construídas de acordo com os padrões arquitetônicos vigentes em diferentes períodos históricos, enfim, resultam de fenômenos da memória estimulada por elementos do imaginário temporal local (CASTELLO, 2005). Assim sendo, esses fenômenos absorvem as histórias originadas nas ficções e nos contos populares que fluem dessas interações objetivas e ressaltam o papel da dimensão temporal, que, embora carregada de imponderabilidade, envolve também as formas materiais que abrigam *os lugares*.

Castello (2005) define tipos de lugares: os lugares originados de estilos que apresentam um viés direcionado para o lado espacial são chamados de *lugares da aura*; os lugares cujo viés tende a privilegiar a dimensão temporal denominam-se *lugares da memória*; e os tipos de lugares onde o foco se dirige à interação das relações interpessoais com o ambiente designam-se como *lugares da pluralidade*. Acrescentase que esses lugares não são mutuamente exclusivos, pelo contrário, somam-se e se interpenetram. Um marco da memória coletiva da cidade, por exemplo, destacado por seu significado histórico, pode também se destacar pela aura de aprazibilidade sensorial que o qualifica.

As características do tempo de hoje ajudam a explicar os tipos de *lugares* achados na cidade atual. As cidades são reflexo de um sistema de vida adotado por um mundo capitalista, sistema este que se espalha progressivamente por todas as latitudes do planeta, trazendo em seu cerne transformações suficientemente profundas a ponto de caracterizar uma mutação social (CASTELLO, 2005).

### Caracterização do objeto de estudo

O município de Parobé está situado na Região Metropolitana de Porto Alegre, distante aproximadamente 80 km da Capital, mais especificamente no Vale do Paranhana, no estado do Rio Grande do Sul (Figura 1). Segundo o IBGE (2020), tem uma população (estimada em 2020) de 58.858 habitantes e área territorial de 108,758 km². A economia do município é baseada principalmente na indústria do calçado (BOSA, 2017).

Para Gregoletto (2017), há uma ausência de consenso sobre como definir o porte de uma cidade, inclusive no meio acadêmico, em que literalmente não existe uma definição fortalecida de cidade média, por exemplo. Não há, segundo a autora, uma classificação que possa ser utilizada ao mesmo tempo por sociólogos, economistas, arquitetos, geógrafos, demógrafos, mesmo que inserida em cada especialidade, que possibilite alcançar algum acordo sobre a matéria. Muitos autores apontam que o tamanho populacional deve ser considerado nesta investigação, mas não como elemento definidor de cidade pequena, média ou grande. Para se ter uma definição mais completa é necessário levar em consideração algumas características, como tamanho populacional e econômico, grau de urbanização, centralidade e qualidade de vida. Não é raro, no Brasil contemporâneo, encontrar na literatura específica recortes que consideram pequenas as cidades com até 50 mil habitantes. Todavia, não pode ser levado como regra, já que as cidades têm uma realidade particular em cada um dos estados brasileiros (OLANDA, 2008). Em suas pesquisas, Gregoletto (2017) define cidades acima de 100 mil habitantes como cidades médias. Assim, com base na reflexão feita até aqui. Parobé poderia estar alocada entre cidade de pequeno e de médio porte. Para fins de desenvolvimento do presente artigo, se considerará Parobé como cidade de pequeno porte, utilizando-se a definição de Gregoletto (2017).



Os estudos realizados pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional da Região Paranhana Encosta da Serra em 2017 (VON MENGDEN, 2017) apontam a população urbana de Parobé como a maior do Vale do Paranhana, e a que mais rápido cresceu em um curto espaço de tempo. A cidade de Parobé recebeu nas últimas décadas (em especial na década de 1990) um grande fluxo de migrantes, atraídos pela oferta de emprego na indústria. Parobé apresenta uma densidade demográfica de 498 hab/km², superior até à da Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme dados do Censo do IBGE de 2010.

Por volta de 1900, a economia da então vila (Parobé) girava em torno da atividade agrícola, fundamentalmente no cultivo da mandioca. Outras fontes de renda vinham de diferentes tipos de produção artesanal, como ferrarias, armazéns, carpintaria e sapatarias. A sucessiva divisão de terras predominante neste período levou as propriedades rurais a se transformarem em minifúndios, logo, não apresentavam mais meios de sobrevivência para as novas gerações. Muitos jovens migraram para Novo Hamburgo e Porto Alegre em busca de oportunidades de trabalho (BOSA, 2017).

Na década de 1940, alguns dos jovens que permaneceram em Parobé começaram a montar as primeiras fábricas de calcados. Inaugurou-se uma nova fase de desenvolvimento da vila. Na década de 1970, com o início das exportações de calçados, as empresas aumentaram seu faturamento, e, consecutivamente, as contratações também cresceram. A partir dessa época, e intensificada nos 1990, houve uma grande migração de pessoas de municípios distantes e até mesmo de outros estados para trabalhar nas empresas locais, fruto da emergência econômica da região em função

do desenvolvimento das indústrias calcadistas. A vila começou a crescer num ritmo acelerado, de tal modo que surgiram maiores demandas por serviços, infraestruturas e equipamentos, como hospitais, escolas, bancos, etc. Neste período, Parobé era um distrito de Taquara, que já não conseguia mais absorver as suas necessidades. O descontentamento era grande com esta situação. Assim, em 1980 formou-se uma comissão para emancipação do distrito. Em 1982, o pedido foi aprovado pela Assembleia Gaúcha. A Lei Estadual n.º 7.446 foi sancionada em 1º de maio de 1982, criando o município de Parobé (BOSA, 2017).

O Vale do Paranhana (onde está inserido o município de Parobé), em conjunto com o Vale dos Sinos, abrigou um grande aglomerado para a produção e exportação do calçado, angariando o título de maior cluster calçadista do mundo. Contudo, a partir dos anos 1990, com o aumento da competição internacional, sobretudo dos países exportadores asiáticos, e a valorização da moeda brasileira nos primeiros anos do Plano Real, uma crise abalou a economia regional. A partir de então, a região passou por uma reestruturação nas bases produtivas, e esse processo acarretou transformações no porte das indústrias coureiro-calçadistas no Vale do Paranhana, puxado pela terceirização de parte do processo de produção do calçado (BOSA, 2021).

Os proprietários dos meios de produção são também os grandes proprietários industriais na região, que, em razão da dimensão de suas atividades, são os grandes consumidores de espaço, em especial na cidade de Parobé. A exemplo disso, trata-se neste artigo do caso da antiga Calçados Azaleia, fundada em 1958 em Parobé, hoje Vulcabras Azaleia (comprou a Azaleia em 2007). Esta é a maior indústria de calçados presente na cidade (bairro Centro). Na década de 1990, a empresa tinha 10.000 funcionários somente na sua matriz, que contava com 63.574 m² de área construída em Parobé e um faturamento de R\$ 504 milhões, atingindo um volume de 31 milhões de pares vendidos no ano de 1998 (BOSA, 2017).

O objetivo deste artigo é identificar e descrever os processos desencadeados com a dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização da região onde foi implantada a Calçados Azaleia em Parobé. A análise procura entender a formação territorial e, igualmente, perceber como os conceitos de lugares e não lugares podem ser aplicados nesta localidade.

É importante discutir o processo de difusão espacial da produção industrial coureirocalçadista que houve historicamente na região do Vale do Paranhana, assim como aferir os reflexos socioeconômicos causados pela forte dependência (por vezes nociva e limitante) da região por este setor. No caso específico de Parobé, essa dependência foi por anos estabelecida com a Calçados Azaleia, cuja história confunde-se com a da própria cidade. O ato fundacional de Parobé enquanto município, por exemplo, foi um dos reflexos do crescimento econômico, populacional e urbano gerados por essa empresa. Para além dos processos físicos e socioeconômicos fomentados pela Calçados Azaleia, existem reflexos psicossociais desencadeados por este processo, resultantes da formação de uma sociedade de indivíduos operários. Há mudanças e transformações mais sutis, nas quais a simples aproximação dos sentidos não permite reconhecer prontamente. A consciência que alimenta o imaginário popular na perspectiva das multiplicidades de criação do coletivo e da realidade é constituída pela indústria coureiro-calçadista nesta sociedade. A realidade acessível a estes indivíduos é produto das intervenções realizadas com vasta participação da Calçados Azaleia.

À vista disso, uma das finalidades deste artigo está em descrever essas dinâmicas urbano-industriais, com a intenção de compreender as características intrínsecas dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização ocasionados pela implantação da Calçados Azaleia neste espaço e, para buscar entender a formação da relação de afeto, pertencimento e memória dos parobeenses com este lugar. Demonstrar a aplicabilidade dos conceitos de lugar e não lugar nesse espaço cria possibilidades e instrumentos para discussão acerca da dinâmica edificadora deste espaço tal como encontra-se hoje. Abordar as questões de lugar e não lugar permite dar mobilidade ao pensamento produzido no entorno deste local de valor coletivo e pautado pelo trabalho operário. A construção de um pensamento analítico que correlacione as manifestações dos aspectos das multiplicidades presentes nestes conceitos e da experimentação da pluralidade de signos que envolvem este lugar (jogo das forças políticas e psicossociais, leis, desejos e micropolíticas) proporciona novas estratégias de apropriação, comunicação e produção do espaço, que recriam a maneira pela qual vemos e entendemos a cidade, melhorando a compreensão e atuação dentro desse território.

Outro objetivo está em contribuir para discussão e produção de conhecimento sobre a cidade de Parobé e região, cooperando para a formulação de políticas adequadas à realidade desse espaço como aporte no caminho de uma possível recuperação do status de lugar. Embora seja um espaço privado, representa um nítido desafio para o espaço público de Parobé. Devido a sua privilegiada localização, torna-se parte integrante da vida da própria cidade e carrega consigo parte do zeitgeist parobeense. As múltiplas transformações desta região imputam a ela também um espaço símbolo de insegurança e desigualdade para a população local.

### Metodologia

Quanto à abordagem, este artigo traz análise e investigação voltadas para os aspectos qualitativos, buscando compreender um grupo social e sua organização, neste caso, a cidade de Parobé e a Calçados Azaleia. Como procedimentos para coleta de dados, informações e evidências para o estudo, realizou-se nos anos de 2020 e 2021 pesquisa documental em documentos históricos e relatórios de instituições representativas no Vale do Paranhana (Faculdades Integradas de Taquara — FACCAT com *campus* em Taquara, cidade vizinha de Parobé). A pesquisa na FACCAT aconteceu presencialmente no laboratório do curso de História onde encontram-se catalogados e inventariados os acervos cartográficos e fotográficos cedidos pela comunidade local e pela própria Calçados Azaleia, bem como de forma virtual pela página da instituição, que mantém arquivos digitalizados e trabalhos acadêmicos a respeito da história da região.

O artigo também se ampara em referências bibliográficas pertinentes ao assunto em desenvolvimento (disponíveis nos repositórios de trabalhos acadêmicos SciELO, Lume-UFRGS, Google Acadêmico) fundamentadas nas propostas de autores como: Marc Augé, autor do termo não lugar, responsável por descrever lugares que são transitórios e sem significado ou sentido suficientes para serem denominados de lugares; Lineu Castello, que trata da percepção de lugar, trazendo um pensamento crítico desse conceito para arquitetura e urbanismo; Félix Guattari e Gilles Deleuze, que produzem os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dando destaque para as noções de menor/maior como ferramentas conceituais abertas a experimentações, pois pensar, como sugere Deleuze, é sempre experimentar, não interpretar. A experimentação é algo sempre atual, o nascente, o novo, o que está em vias de se fazer, criando fluxos e desfazendo significações; David Harvey e sua tese acerca da condição pós-moderna, na qual discute as origens da mudança cultural, relatando existir algum tipo de relação entre a ascensão de formas culturais pósmodernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação e um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo. Outros materiais também apoiam a construção do artigo, são eles: as pesquisas desenvolvidas pelo autor no trabalho de conclusão de curso em 2017, intitulado *Polo de cultura: um lugar* 

para resgatar a identidade de Parobé; na pesquisa de mestrado intitulada A indústria coureiro-calçadista e seus reflexos espaciais na configuração da estrutura urbana do Vale do Paranhana; as vivências cotidianas do autor, filho de migrantes proletários oriundos da zona rural da região norte do Rio Grande do Sul, que no ano de 1991 vieram para Parobé no Vale do Paranhana para trabalhar nas indústrias de calçados (por muito tempo na Calçados Azaleia), buscando construir uma nova vida com melhores condições, portanto, o autor reside em Parobé há aproximadamente 30 anos, tendo sua formação e criação constituídas no município; visitas semanais feitas aos locais de estudo durante a produção do artigo.

# A forma de percepção social por meio das relações de trabalho na indústria coureiro-calcadista

No espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem, gerando territórios a partir das relações de poder. Perceber quem são os sujeitos que intervêm neste espaço (atribuindo ou não um sentido para um espaço), para, por meio de suas relações, interpretar o processo territorialização-desterritorialização-reterritorialização em determinados lugares, tem fundamental importância. O processo passa por assimilar a dinâmica globalizante instituída pelo capitalismo (SCHNEIDER, 1996), em Parobé representado pelo modelo de industrialização difusa da produção calçadista no Vale do Paranhana, grande responsável pelas modificações no tecido social e urbano na região.

Pode ser entendida como estratégia de produção e de reprodução da acumulação de capital a exploração da mais-valia dos trabalhadores, dada tanto na realidade efetiva como no cérebro, em categorias que exprimem formas de modos de ser e as determinações da existência. O capitalismo, personificado pelos empresários calçadistas e seus agentes, se serve dessas relações de trabalho para refinar a exploração do trabalho e consolidar sua hegemonia (MARX, 1986 apud SCHNEIDER, 1996). A acumulação capitalista gera impacto no meio de trabalho e na socialização profissional. Como resultado deste processo surgem novas formas de trabalho, entendidas como estratégias de produção e de reprodução. As estratégias produtivas podem estar destinadas à sobrevivência física de indivíduos e famílias ou utilizadas como meios de ampliar a acumulação capitalista das indústrias através da exploração da mais-valia dos trabalhadores (MARX, 1986 apud SCHNEIDER, 1996). O processo de acumulação capitalista, por meio das novas formas de trabalho, causa a dissimulação das oposições entre classes, que por sua vez, age sobre a construção das identidades sociais. Essas identidades sociais são pouco propícias à formação de um grupo realmente envolvido e atento em transformar e questionar o sistema hierárquico no qual estão inseridos. Schneider (1996) identificou três tipos de relações de trabalho na indústria calçadista da região:

- Os operários antigos trabalhadores que foram colegas de trabalho dos seus atuais patrões, a quem, por tradição e por laços pessoais, devem consideração, respeito e uma espécie de fidelidade moral. Sua influência sobre os demais trabalhadores é notória; refere, por exemplo, aos padrões disciplinares vigentes no interior da fábrica;
- Os migrantes proletários indivíduos egressos do meio rural das regiões de modernização agrícola do RS, dirigindo-se à periferia dos centros urbano-industriais como proletários:
- Os colonos-operários jovens, sobretudo mulheres, filhos e filhas de colonos das regiões da Encosta da Serra, Vale do Taquari e Vale do Caí, que se assalariam nas fábricas de calçados.

Estes indivíduos mantêm-se ligados a modelos culturais, práticas sociais e modos

de vida típicos da cultura camponesa e artesanal (QUEIROZ, 2017). Não obstante a penetração das relações especificamente capitalistas e a desagregação que tende a atingir os fatores de equilíbrio e de coesão sociais, designadamente ao nível da família, dissimulam a realidade:

Os relativamente elevados níveis de integração normativa que continuam a verificar-se em muitas destas coletividades de industrialização difusa [...] contribuem para formar um terreno social no qual persistem determinadas características de uma cultura em que hierarquia e harmonia se compatibilizam à custa da aceitação acrítica e conformista do lugar ocupado por cada um [...] (QUEIROZ, 2017, p. 42).

Na visão de Souza (2011), todo sistema de produção se consolida na medida em que reproduz continuamente as condições materiais e de mão de obra que garantam as relações de produção. A cultura capitalista estabelece as normas para os contratos de trabalho, estas estabelecidas segundo os critérios definidos pelo comprador da força de trabalho. Os outros órgãos da sociedade (família, religião, mídia e escola) unemse para catequizar e garantir a reprodução da força de trabalho (SOUZA, 2011). A dignificação, quase santificação, do trabalho através de gerações é umas das formas coletivas de imbuir a fragilização do questionamento da realidade a que os operários são expostos todos os dias no chão de fábrica (QUEIROZ, 2017).

O trabalho é coletivamente afirmado como valor, não somente porque a sua realização implica uma intensa cooperação entre um grande número de indivíduos e tarefas exigentes em matéria de iniciativas e esforços, mas, também, porque as próprias festividades religiosas elegem uma determinada atividade produtiva como objeto de celebração (SILVA, 1994 apud QUEIROZ, 2017, p. 42).

A vida no campo, antes sinônimo de atraso e privação, passou a ser vista como um privilégio por parte dos operários calçadistas, quando comparada à qualidade de vida das sociedades urbano-industriais contemporâneas (SCHNEIDER, 1996). Crises enfrentadas pelo setor coureiro-calçadista, como a de 2008, evidenciam fissuras por elas causadas no tecido social, e, por sua vez, refletem no tecido urbano e podem, em alguns casos, gerar movimentos de deslocamento da população nas regiões periurbanas industriais do polo calçadista do Vale dos Sinos e do Paranhana.

#### De lugares a não lugares: a ocupação da Calçados Azaleia em Parobé

Sob a perspectiva do processo de territorialização desencadeado pelas indústrias coureiro-calçadistas em Parobé, égide da constituição de uma sociedade operária na região, o sentido que se dá para os espaços é o de trabalho. Para demonstrar tais processos, passa-se a analisar o caso da Calçados Azaleia, especificamente de sua implantação em solo parobeense e seus reflexos nos dias atuais.

Grande parte da estrutura construída pela Calçados Azaleia se encontra na região do bairro Centro da cidade. Os bairros centrais são espaços construídos a partir da dinâmica de vida dos habitantes, logo, refletem a forma como eles vivem, o tipo de relação existente entre eles, e, como não poderia deixar de ser numa sociedade capitalista, os fluxos econômicos. Neles são encontradas boa parte das atividades ligadas a comércio e serviços, cultura e a história das cidades. A presença das indústrias nestas áreas centrais tem um caráter simbólico e determinante. A indústria estabelece relações materiais de forma diária com as pessoas que ali passam, isso gera uma









união de valores e sentimentos, que instituem alto grau de importância a elas, sendo entendida pelas pessoas como algo essencial (BOSA, 2021).

As fotos presentes na Figura 2 demonstram, em épocas diferentes, o local onde iniciou-se a implantação da Calçados Azaleia no centro da cidade de Parobé. Algumas transformações no espaço podem ser percebidas no decorrer do tempo: na foto 1 (década de 1960), destacada em vermelho, fica a igreja católica, e em amarelo, o local onde se iniciou a Calçados Azaleia. A concepção que se tem desse espaço é de um lugar bucólico com caráter típico de vila (nesse período, Parobé ainda era considerado vila), ainda com bastante vegetação e algumas poucas edificações em estilo neoclássico; na foto 2, datada do período entre as décadas de 1970 e 1980, verificam-se mudanças substanciais na paisagem. O aumento do número de edificações e a presença de pavilhões fabris são exemplos da transformação deste local. Na frente desses pavilhões ficava a sede da Calçados Azaleia (ainda chamada de Berlitz, Lauck e Cia na época). A sede nesse período tinha uma tipologia que remetia a edificações residenciais, e pouco destoava das demais em sua vizinhança, composta por residências unifamiliares, o que dava um aspecto ainda residencial à região. Já na foto 3 (aproximadamente década 1980) a edificação sede foi substituída por uma nova edificação, trocando o seu caráter residencial por algo com status mais administrativo. As casas que ficavam ao lado foram removidas. Percebe-se o início de uma mudança da vocação do local, passando de residencial para um caráter industrial, comercial e de serviços.

No decorrer das décadas de 1970 e 1980 (com a emancipação do município), a região da implantação inicial da Calçados Azaleia acelerou a transformação da paisagem, deixando para trás o caráter bucólico e de vila, dando lugar a uma região fabril e comercial. A nova sede, construída em padrões modernistas com fachada de cortina de vidro, procurava acompanhar o desenvolvimento da empresa e demonstrar a nova cara da região (Figura 3).

Ainda nos anos 1980 a Calçados Azaleia iniciou a construção da nova área fabril matriz











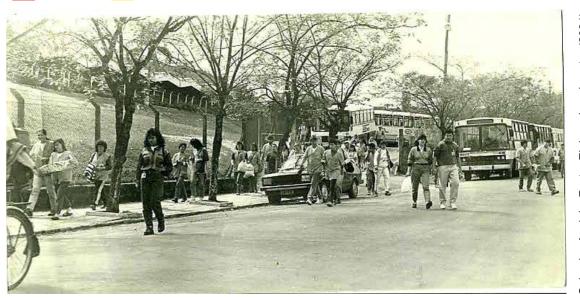
da empresa. Com aproximadamente 63 mil m² de área construída (Figura 4), a área era contígua à já ocupada pela empresa. As transformações no território causadas pela antiga Calçados Azaleia vão além da produção de calçados, abrangendo a construção de outros equipamentos para auxílio da empresa e de seus funcionários, como creches, clínica de saúde, terminal rodoviário e, próximo ao bairro Centro, a construção de uma área de lazer com campo esportivo, vestiários e centro de cultura.

As ocupações da Calçados Azaleia atuaram como agentes produtoras do espaço urbano em seu entorno. O tecido urbano se expandia ao tempo que a indústria crescia, novos moradores chegavam a Parobé, novos bairros surgiam, novos comércios e serviços, novos lugares eram constituídos. As ruas (Figura 8) que margeiam o complexo construído pela Calçados Azaleia (Figura 5) pulsavam vida, os comércios e serviços prosperavam com o grande número de clientes sempre fiéis advindos da fábrica (Figura 6).

Dentro das categorias dos lugares de memórias, essa região pode ser enquadrada em lugares de memória operária. Partindo-se da reelaboração da noção e dos fundamentos teóricos propostos para esta análise geográfica e filosófica, a compreensão dos lugares



Igreja Católica Calçados Azaleia



da memória operária envolve pensar na ordem local como dimensão na qual se criam os laços de identidade e de solidariedade, o plano em que se dá a vida cotidiana marcada pelo ritmo da fábrica e pelas lutas e resistência ao processo de alienação no trabalho, atravessadas, contraditoriamente, pelas contingências da ordem distante do mundial (SCIFONI, 2013).

Em 2004, o diretor presidente da Calçados Azaleia faleceu, e a empresa começou a atravessar um período de mudança. Em 2007, ela foi vendida para a Vulcabras, tradicional indústria de calçados no cenário brasileiro com sede em Jundiaí/SP. Com o anúncio do fechamento de parte da produção de calçados em 2009, a empresa demitiu 800 funcionários, ficando em funcionamento na cidade somente o complexo tecnológico de desenvolvimento de calçados. Dessa forma, as atividades alavancadas indiretamente pela Calçados Azaleia enfrentaram grandes dificuldades, e parte dos comércios e serviços do entorno vieram a encerrar suas atividades. A dinâmica social do entorno do complexo mudou drasticamente, seus reflexos são percebidos até hoje.

Figura 5 - Perspectiva área da ocupação no bairro Centro pela Calçados Azaleia. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), con base no Google Earth (2021). Figura 6 - Fotos da saída de turno nos pavilhões da matriz da Calçados Azaleia na década de 1990, Rua Mário Mosmann. Fonte: Elaborado pelo autor (2021), com base em documentos da Faccat (2021).

PX0 n.19, v.5



### A rua como fonte de análise da vitalidade urbana

As ruas Tiradentes e Mário Mosmann são as principais vias que margeiam o complexo estabelecido pela Calçados Azaleia e são importantes termômetros da vitalidade deste lugar. Por esse motivo foram escolhidos oito pontos (Figura 7) nestas ruas para demonstrar a configuração local. Esta região pode ser classificada como lugar de trabalho, estes, definidos pela presença de fábricas e pelos eixos viários onde as indústrias se concentram, conformando os espaços da industrialização. A fábrica revela-se como organizadora da vida social e como referência espacial, pois é ela que regula o movimento do bairro e a circulação nas ruas próximas (SCIFONI, 2013).

A principal característica verificada nestas ruas é a presença de muros, especialmente na rua Mário Mosmann, que segue murada da sede (ponto 7) até o viaduto (ponto 4) que liga a área fabril à área administrativa da Calçados Azaleia. Partes da rua Tiradentes também são muradas, entre o ponto 1 e o ponto 2; do ponto 3 até o ponto 4, onde há a conexão com o muro da rua Mário Mosmann, logo, praticamente toda a quadra é murada. Em consequência disso, essa rua se tornou um local de segregação, a materialidade dessa separação manifesta-se pela presença de muros (não apenas físicos, mas também simbólicos) e pela utilização de técnicas de segurança e de distanciamento social cada vez mais sofisticadas. Uma cidade de muros induz a população à obsessão por segurança e à discriminação social, naturalizando a violência como modelo de solução (AUGUSTO, 2002).

Os pontos 1 e 7 foram regiões conectadas através de uma rua (Figura 2), e hoje dão lugar a muros. As casas antigas foram todas demolidas e deram lugar a pavilhões, à creche e ao terminal rodoviário. Nas proximidades do ponto 2 ficam o terminal rodoviário, o antigo estacionamento (vazio) e o portão de acesso, este era um dos lugares de maior movimento, pois recebia vários funcionários do complexo. Hoje a circulação de pessoas é praticamente nula, passando a ser um espaço onde só há o trânsito de veículos. Os pontos 3 e 4 ficam na região de conexão entre a área fabril e a administração, que acontece por intermédio de um viaduto. No ponto 3 algumas casas demolidas podem ser encontradas. A região do ponto 8 era tradicionalmente conhecida por suas padarias, lancherias, mercados e outros pequenos comércios. Localiza-se na frente do portão de saída da área fabril (Figura 6). O ponto 5 evidencia duas situações:



de um lado da rua encontram-se muros e do outro grandes vazios deixados por outras indústrias de calçados falidas. A região do entorno do complexo da Calçados Azaleia é conhecida por sua vocação fabril. No ponto 6 fica a creche, hoje a serviço do município (cedida pela Vulcabras/Azaleia). Nas proximidades existe uma grande quantidade de pavilhões de fábricas de calcados pertencentes a outras empresas. A Figura 8 traz um compilado de fotos de todos os pontos selecionados para análise.

Ao final dessa análise descritiva, pode-se constatar: a impermanência como essência deste espaço; a Calçados Azaleia como principal agente formador desse território e responsável pela dinâmica de territorialização, desterritorialização e reterritorialização de parte da região central de Parobé; a intransponibilidade causada pelos muros construídos pela Calçados Azaleia atuando na mudança de vocação do local, passando de lugar de trabalho para lugar da memória. A falta de interação das pessoas com este espaço pode levá-lo a ser classificado como um não lugar; as limitações geradas pela monofunção desse espaço em um local de infraestrutura privilegiada, porém subutilizada, causam a fragmentação da região central, tornando-a um espaço de transição. Este espaço enquanto lugar da memória operária guarda a lembrança de tempos de prosperidade gerados pela indústria calçadista na cidade de Parobé. Um

Figura 8 - Ruas que (2021).

no acervo

base

complexo da Calçados Azaleia. Fonte: Elaborado com

legado negativo da dinâmica estabelecida nesta região da cidade é o novo modo de vida: agora antiurbano, de negação da cidade e de segregação de seus moradores.

#### Considerações finais

Essa região volta-se para o interior e não em direção à rua, ao mesmo tempo enfatiza o valor do que é privado e restrito e desvaloriza o público e aberto, neles são impostas regras de inclusão e de exclusão. De acordo com Augusto (2002), locais assim caracterizam-se como espaços autônomos e independentes do entorno onde estão situados; por isso, podem estar em qualquer espaço e mudam o panorama da cidade no que se refere ao caráter público e à interação entre os diferentes conjuntos/estratos sociais.

A falta de vitalidade desta região é percebida pela baixa circulação de pessoas, pois essas ruas tornaram-se inóspitas devido aos seus muros e espaços abandonados. Há então uma mudança de vocação do lugar. Estes locais são hoje tidos como lugares de memória. Os lugares de memória nascem em determinado momento, em um contexto de aceleração da história e de consciência de ruptura com o passado, como produto das transformações profundas vivenciadas pela sociedade, caracterizadas como um momento de incertezas (SCIFONI, 2013). As transformações no decorrer dos anos foram muito perceptivas na região do entorno do complexo da Calçados Azaleia. A indústria que outrora agiu na territorialização deste lugar acabou por desterritorializálo. Será que há uma possibilidade desse espaço se reterritorializar ou ele já é um novo território?

O problema concreto que se coloca, segundo Deleuze e Guattari, é o de como se dão a construção e a destruição ou abandono dos territórios humanos. Quais são os seus componentes, seus agenciamentos, suas intensidades? A territorialização desta região no município de Parobé foi estabelecida pelos agentes industriais, portanto, o caráter deste *lugar* está ligado aos interesses da produção fabril, visando em última instância ao lucro revertido em capital aos donos dos meios de produção. O enfraquecimento da dimensão espacial da indústria (com o fechamento da parte produtiva da Calçados Azaleia) refletiu na vida social desta região da cidade, afetando as relações que influenciavam diretamente na vitalidade urbana, muito dependente da diversidade de usos trazida pela indústria (pequenos comércios e serviços) que ali existia. Com o passar do tempo, instaurou-se um processo de desterritorialização, que paralelamente transformou este *lugar* em um *não lugar*. Apesar de o complexo da Calçados Azaleia não estar totalmente desativado, as funções ali desempenhadas não são suficientes para suprir o *deficit* de vitalidade enfrentado pelo local.

Scifoni (2013) chama a atenção para um fenômeno que acontece em áreas industriais, denominado por ela de *o fim da tradição de memória*, ou seja, o fato de que a memória como prática social não estava mais presente espontaneamente e não é mais vivida coletivamente. Nestes casos é preciso um esforço para produzi-la, mas isso aparece como uma condição gerada externamente ou induzida, como um *dever da memória*. A memória evocada por esta região liga-se aos *lugares da memória operária*. Esses tipos de lugares constituem-se a partir de mudanças no conteúdo da urbanização local, que transformam as práticas socioespaciais antes profundamente marcadas pela indústria (SCIFONI, 2013). Surgem no momento de passagem de uma prática socioespacial fundamentada na produção material, para outra experiência de vida urbana, agora calcada essencialmente na lembrança que fundamenta a construção da nova identidade deste local. Esse processo pode ser percebido como a reterritorialização da região do entorno do complexo da Calçados Azaleia, agora compreendida como um território ressignificado, entendido como um local (*não lugar*) pertencente à memória coletiva,

porém não mais acessado pela vida social de Parobé.

Por fim, Deleuze e Guattari afirmam que a desterritorialização diz respeito à própria sociedade. Isto significa dizer que a vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios e fundando novos. A escala espacial e a temporalidade é que são distintas (HAESBAERT; BRUCE, 2009). Urbanisticamente esta região pode ser vista como um problema, pois é uma vasta área edificada subutilizada no coração de Parobé. Na realidade brasileira isso pode ser entendido como um fenômeno contemporâneo do urbanismo neoliberal e, ao mesmo tempo, efeito de políticas públicas que contribuem para esta situação e que explicam determinadas práticas espaciais comuns em cidades industriais, facilmente compreendidas no mundo capitalista que negligencia o espaço e tem as cidades fragmentadas como grande resultado. Misoczky e Oliveira (2018), em suas notas sobre a contribuição de Lefebvre para a cidade e o urbano, refletem sobre a capacidade das pessoas se apropriarem e recuperarem um local. Ainda que com uma duração específica, para as autoras esse espaço é, então, produzido como um lugar de transformação política e mostra sua verdade: as possibilidades de se tornar uma utopia concreta organizada pelo vivido.

## Referências

AUGÉ, Marc. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9. ed. São Paulo: Papirus, 1994.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. *Segregação social e violência urbana*. São Paulo, 2002. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000100017&script=sci">https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000100017&script=sci</a> arttext>. Acesso em: 18 mar. 2021.

BOSA, Rafael. *Polo de cultura: um lugar para resgatar a identidade de Parobé*. 2017. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) — Curso de Arquitetura e Urbanismo Feevale, Novo Hamburgo, 2017.

BOSA, Rafael. A INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA E SEUS REFLEXOS ESPACIAIS NA CONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DO VALE DO PARANHANA. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Uniritter, Porto Alegre, 2021.

CASTELLO, Lineu. Repensando o lugar no projeto urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004). (Doutorado em Arquitetura) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <a href="https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5112">https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5112</a>. Acesso em: 16 mar. 2021.

DERRIDA, Jacques. "Uma arquitetura onde o desejo pode morar". 1986. In: NESBITT, Kate (Org.). Uma nova agenda para a arquitetura. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais* e *movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.* 2005. Disponível em: <a href="https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460">https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460</a>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

GREGOLETTO, Débora. *Cidades Médias e Verticalização Urbana no Rio Grande Do Sul.* São Paulo, 2017. Disponível em: <a href="http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1985/1964">http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1985/1964</a>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A DESTERRITORIALIZAÇÃO NA OBRA DE DELEUZE E GUATTARI. [S. I.], 2009. Disponível em: <scielo.br/scielo.php?script=sci arttext&pid=S0102-46982014000100008#:~:text=11).,127).>. Acesso em: 11 mar. 2021.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 1994.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CONHEÇA CIDADES E ESTADOS DO BRASIL. 2020. Disponível em: <a href="https://cidades.ibge.gov.br/">https://cidades.ibge.gov.br/</a>. Acesso em: 28 ago. 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. SINOPSE DO CENSO DEMOGRÁFICO 2010 BRASIL. 2010. Disponível em: <a href="https://censo2010.ibge.gov.br/">https://censo2010.ibge.gov.br/</a> sinopse/index.php?dados=8>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MISOCZKY, Maria Ceci; OLIVEIRA, Clarice Misoczky de. A cidade e o urbano como espaços do capital e das lutas sociais: notas sobre a duradoura contribuição de Henri Lefebvre. [S. I.], 2018. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/pdf/rap/v52n6/pt\_1982-">https://www.scielo.br/pdf/rap/v52n6/pt\_1982-</a> 3134-rap-52-06-1015.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

OLANDA, Elson Rodrigues. AS PEQUENAS CIDADES E O VISLUMBRAR DO URBANO POUCO CONHECIDO PELA GEOGRAFIA. Ateliê Geográfico Revista Eletrônica, [s. I.], v. 2, ed. 2, 2008. Disponível em: <a href="https://www.revistas.ufg.br/atelie/">https://www.revistas.ufg.br/atelie/</a> article/view/4699>. Acesso em: 20 mar. 2021.

QUEIROZ, Maria Cidália. Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da Construção Civil do Nordeste de Portugal. Porto, 2017. Disponível em: <a href="http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/">http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/</a> article/view/2474>. Acesso em: 18 jun. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 7.446, de 1° de maio de 1982. Assembleia Legislativa estadual. Porto Alegre.

ROLNIK, Raquel. São Paulo: crise e mudança. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SÁ, Roberta. Pensar o espaço segundo Milton Santos, Marc Augé e Manuel Castells. 2016. Disponível em: <a href="http://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/">http://isociologia.up.pt/sites/default/files/working-papers/</a> wp40 161114024922.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SCHNEIDER, Sérgio. Os colonos da indústria calçadista: a expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. 1996. Disponível em: <a href="https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1846">https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1846</a>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SCIFONI, Simone. LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA NA METRÓPOLE PAULISTANA. São Paulo, 2013. Disponível em: <a href="https://www.revistas.usp.br/">https://www.revistas.usp.br/</a> geousp/article/view/74304#:~:text=Antigas%20vilas%20oper%C3%A1rias%2C%20 conjuntos%20habitacionais,da%20mem%C3%B3ria%20oper%C3%A1ria%20na%20 metr%C3%B3pole.>. Acesso em: 17 mar. 2021.

SOUZA, Raimundo F. de. Reprodução da força de trabalho. 2011. Disponível em: <a href="http://www2.ufac.br/site/noticias/ufac-na-imprensa/edicoes-2001/junho/reproducao-4">http://www2.ufac.br/site/noticias/ufac-na-imprensa/edicoes-2001/junho/reproducao-4</a> da-forca-de-trabalho>. Acesso em: 19 jun. 2020.

VON MENGDEN, Paulo Roberto de Aguiar (Org.). Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional da Região do Corede Paranhana Encosta da Serra 2015-2030. Taquara. 2017.

